

POSICIONAMENTO DOS MOVIMENTOS DO CAMPO SOBRE A LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Há vários anos se debate no Legislativo a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, com regras de aplicação nacional sobre as licenças que são exigidas previamente à implantação de empreendimentos potencialmente causadores de poluição ou outras formas de danos socioambientais. Os movimentos do campo não têm sido chamados a participar desse processo, comandado na prática pelo empresariado, incluindo a ala mais arcaica do agronegócio, e pelos representantes governamentais da área de infraestrutura. O tom tem sido sempre de flexibilizar, eliminar entraves, retirar exigências. Se os processos de licenciamento ambiental são atualmente bastante complicados em termos de afastar direitos das comunidades rurais e populações indígenas, como no caso de Belo Monte e vários outros empreendimentos, a perspectiva é que a situação ficará bem pior com a nova lei.

Isso ficou bem claro com a divulgação na semana passada do texto elaborado pelo atual relator desse processo na Câmara dos Deputados, Deputado Neri Geller. Como esperado, sua proposta desestrutura todo o licenciamento ambiental no país. Se aprovada, muitos empreendimentos sequer terão licença ambiental prévia ou terão apenas uma licença por adesão e compromisso que, sem exigências, se transforma em autolicensing. Com isso, as comunidades rurais, as populações indígenas e também as populações mais carentes em áreas urbanas serão deixadas sem qualquer proteção. Temos em pauta no Congresso Nacional uma proposta que traz retrocesso e injustiça social, que piora uma situação já bastante problemática em termos de garantia de direitos sociais.

Nesse quadro, exigimos a retirada imediata de pauta do Projeto de Lei nº 3.729/2004 e seus apensos na Câmara dos Deputados. Dizemos NÃO à proposta do Deputado Neri Geller que consagra degradação ambiental e exclusão social.

Assinam:

Articulação Semiárido Brasileiro - ASA

Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - CONTRAF

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ

Movimento Camponês Popular - MCP

Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST

Movimento pela Soberania Popular pela Mineração - MAM

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP